



OGE 51

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

SPDOC CC n.º

UNIDADE: Universidade de São Paulo - USP

SECRETARIA: Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por F

**DECISÃO OGE/LAI n.º 021/2016**

1. Tratam os presentes autos de pedido dirigido à Universidade de São Paulo solicitando (i) lista de estudantes matriculados em disciplina da Faculdade de Direito entre os anos de 2004 e 2014; (ii) nota final e frequência atribuídas; (iii) nome dos docentes que ministraram a disciplina em cada ano.
2. A Universidade ofertou lista de estudantes matriculados, bem como a relação de docentes, negando acesso às notas e frequências, tidas por informações pessoais, passíveis de restrição de acesso. Após recurso hierárquico, manteve a resposta, ensejando recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. A irresignação do interessado fundamenta-se em dois aspectos distintos. Primeiramente, recorre quanto à relação de notas e frequência, contestando a hipótese de restrição de acesso. Em segundo lugar, insiste na obtenção dos dados em formato aberto.
4. Quanto ao primeiro ponto, a negativa de acesso fundamentada no artigo 31 da Lei n. 12.527/2011, cabe lembrar que a Lei define informações pessoais como aquelas relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável (artigo 4º, inciso IV). A mera referência à pessoa natural, contudo, não é suficiente para justificar restrições de acesso; do contrário, chegar-se-ia à equivocada conclusão de que todos os processos judiciais deveriam correr em segredo. Nesse sentido, a publicidade apenas é afastada quando existentes informações pessoais “relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem”, nos termos do artigo 31, §1º, da aludida norma federal.
5. No caso em apreço, aduz o interessado que as informações solicitadas não atingem aspectos da vida privada, íntima, dos estudantes, mas apenas seu desempenho em cursos de uma Universidade pública, do que decorreria a impossibilidade de restrição de acesso.

5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

O.G.E. 52  
fls.

6. Tal argumentação, contudo, não merece prosperar. Quando as informações decorrem do exercício de funções e cargos públicos, é razoável presumir que sua divulgação atenda ao interesse da sociedade, permitindo o controle social sobre o funcionamento da Administração Pública. É o raciocínio condutor, por exemplo, da necessária divulgação dos vencimentos percebidos, prática considerada legítima pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 652777, com repercussão geral reconhecida.
7. A analogia, no entanto, entre o exercício de cargo público e o desempenho acadêmico em Universidade pública, no entanto, deve ser vista com cautela, uma vez que o vínculo jurídico existente entre o estudante e a instituição de ensino é distinto daquele que une o agente público ao Estado. O estudante não exerce função que lhe é delegada pela sociedade, como é o caso do agente público, mas apenas tem seu estudo incentivado por meio da gratuidade prevista no artigo 206, inciso IV, da Constituição Federal. Nesse sentido, não parece possível presumir a publicidade das informações referentes ao desempenho acadêmico de estudantes, sendo razoável que, diante da indeterminação conceitual quanto à identificação das informações pessoais, prestigie-se o entendimento específico e fundamentado do ente detentor dos dados no caso concreto.
8. Tampouco merece acolhida o argumento segundo o qual a restrição de acesso seria inválida por não ter sido precedida de classificação de sigilo. Com efeito, a Lei é expressa ao afirmar, em seu artigo 31, §1º, que a restrição de acesso às informações pessoais independe de classificação. Caso contrário, o indivíduo ao qual as mesmas se referem poderia assistir à divulgação de seus dados íntimos por mera inércia da Administração em proceder à classificação, o que não se coaduna com a proteção constitucional conferida à vida privada.
9. Assiste razão ao recorrente, por outro lado, quando indica que, subsidiariamente, o pedido poderia ser atendido garantindo-se o anonimato. Com efeito, o artigo 7º, §2º, da Lei, determina que o acesso ao documento parcialmente sigiloso deve ser assegurado por meio de ocultação da parte sob sigilo, prescrição que se amolda às circunstâncias do caso em apreço.
10. Consultada quanto à possibilidade de fornecimento dos dados de forma anônima, a Universidade de São Paulo indicou que o interessado deveria formalizar nova consulta (fls. 18/19). Tal solução, no entanto, não encontra respaldo na legislação vigente, considerando que não se trata de pedido distinto, mas apenas de disponibilização subsidiária da informação em formato diferente daquele requerido.

5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

11. Por fim, cumpre analisar a irresignação quanto ao formato em que as informações foram disponibilizadas. Deve-se registrar que a Administração Pública deve privilegiar a oferta de dados em formato aberto, ou seja, passíveis de tratamento pelo interessado. No entanto, o fornecimento nesses moldes está condicionado à sua existência e disponibilidade, não sendo desde logo exigível. Por certo que é o órgão demandado quem está em melhor posição para avaliar tais fatores, por deter o conhecimento quanto à sua gestão documental.
12. Ante o exposto, considerando que o pedido não foi atendido integralmente, **conheço do recurso e dou-lhe parcial provimento**, com fundamento no artigo 20, inciso I, do Decreto nº 58.052/2012, alterado pelo Decreto nº 61.175/2015, **recomendando-se** à Universidade de São Paulo, nos termos do § 2º do artigo 20 do aludido Decreto, que adote as providências necessárias com vistas a dar cumprimento ao disposto na Lei, conforme esta decisão, **disponibilizando de forma anônima os dados de notas e frequência requeridos, bem como fornecendo-os em formato aberto, caso se encontrem assim disponíveis**.
13. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 26 de janeiro de 2016.

  
GUSTAVO UNGARO  
OUVIDOR GERAL DO ESTADO